

Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada

(Ethical questions in Applied Linguistics research)

Maria Antonieta Alba CELANI
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ABSTRACT: Ethical questions in Applied Linguistics research are discussed in the context of qualitative research informed by critical theory. After a brief presentation of two main research paradigms, particular emphasis is placed on questions arising from the very nature of qualitative research within critical theory, such as informed consent, ownership of the data, power relations, codes of conduct and the question of cultural differences playing a role in determining ethical values. The article closes with a discussion of some unresolved problems.

RESUMO: As questões da ética na pesquisa em Linguística Aplicada são discutidas no contexto da pesquisa qualitativa de natureza crítica. Após breve apresentação de dois dos principais paradigmas de pesquisa, focalizam-se questões decorrentes da própria natureza da pesquisa qualitativa inserida na teoria crítica, tais como, o consentimento informado, a posse dos dados, as relações de poder, os códigos de conduta e a questão das diferenças culturais e seu papel na caracterização dos valores éticos. O artigo

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

termina com uma discussão de algumas questões que permanecem em aberto.

KEY-WORDS: ethics and research, critical qualitative research, power relations, plagiarism, cultural differences, informed consent

PALAVRAS-CHAVE: ética e pesquisa, pesquisa qualitativa crítica, plágio, relações de poder, diferenças culturais, consentimento informado.

Ethics is the philosophical study of morality.
(Sterba, J.P., 1998)

Embora este artigo tenha como foco a questão da ética na pesquisa em Lingüística Aplicada, faz-se necessário colocar essa questão em um contexto mais amplo. Portanto, começarei relacionando problemas de ética a paradigmas de pesquisa mais comumente empregados não só na área de Lingüística Aplicada, mas também nas áreas de Educação e de Ciências Sociais. São, no entanto, aspectos de ordem geral que valem para qualquer área e qualquer paradigma. Em seguida me detenho em considerações pertinentes à pesquisa qualitativa de cunho interpretativista, e mais especificamente à pesquisa qualitativa educacional no contexto da teoria crítica, também focalizando aspectos da formação de jovens pesquisadores educadores críticos. Relato ainda algumas posições mais recentes relativas a questões de ética na educação e na pesquisa, e discuto os aspectos que considero problemá-

ticos nessas posições. Termino apresentando o que, na minha visão, são questões que permanecem em aberto.

O SER HUMANO DIANTE DO MUNDO

A ânsia de busca de novo conhecimento faz parte da natureza humana. Se por um lado a história da humanidade e, particularmente, a história da ciência, nos mostram as inquietações que levaram às grandes descobertas, com conseqüentes avanços, por outro lado nos mostram, também, como nem sempre o uso que é feito do novo conhecimento construído tem por finalidade o bem da humanidade. Será essa busca do novo sempre feita com liberdade, sem preconceitos, com humildade para entender e com grandeza para mudar? Mais complexa ainda é a questão do uso de novo conhecimento. Quem tem acesso ao novo conhecimento? Garante que direitos? De quem? Bastaria lembrarmos, como exemplo para reflexão, a questão do uso da energia nuclear no mundo.

A preocupação com a complexidade dessas questões e com a necessidade de se terem parâmetros de conduta começou na área médica. Vale aqui lembrar o famoso juramento de Hipócrates. Mas, é de 1947 o primeiro documento oficial disponível, o Código de Nurenberg, que trata da autonomia do ser humano. A este seguiu-se a Declaração de Helsinque, de 1964, que determina que os sujeitos devem receber o melhor tratamento que o país pode lhes dar. Só em 1982 surgiram as diretrizes internacionais para a pesquisa biomédica, na forma de três documentos, com normas próprias dos países. Em 1995 surge a norma para o Brasil, com juízo crítico para valores humanos, usos e costumes para a sociedade. Por fim, em 1996, com a Resolução 196/1996 é criado o Conselho Nacio-

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

nal de Saúde (CNS), com 137 membros de formação variada. As áreas temáticas passam pelo CNS. Em outubro de 2002 havia 365 comitês registrados no país. Daí surgiu a criação de comitês de ética nas Universidades, aos quais deve ser submetido todo projeto de pesquisa que envolva seres humanos, no todo ou em partes¹.

DEFININDO OS TERMOS

Antes de prosseguir é necessário definir e discutir rapidamente alguns termos para que a discussão que vem a seguir não seja prejudicada por entendimentos diversos dos conceitos aqui utilizados. Recorro inicialmente aos dicionários Houaiss (2001) e Aurélio (1999). Começemos citando Houaiss:

ética – *parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo esp. a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em **qualquer realidade social***; (ênfase minha)

derivação por extensão de sentido – *conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, **de um grupo social ou de uma sociedade*** (ênfase minha)

moral – *conjunto das regras, preceitos etc. característicos de **determinado grupo social** que os estabelece e defende* (ênfase minha)

¹ Este breve histórico resulta de palestra proferida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por ocasião da sessão de abertura do Encontro de Iniciação Científica em outubro de 2002, pelo Professor Doutor William Saade Hosne, então presidente do CNS.

MARIA ANTONIETA CELANI

Ambos os verbetes falam de normas, conjunto de regras, preceitos. O primeiro verbete, no entanto, refere-se a qualquer realidade social, em aparente contradição com o que afirma logo a seguir, na “derivação por extensão de sentido”, *um grupo social, uma sociedade*. Na definição de moral, a menção a *determinado grupo*, deixa mais claro o significado atribuído. Vejamos a seguir o que nos diz o Aurélio.

ética – *estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a **determinada sociedade**, seja de modo absoluto* (ênfase minha)

valores – *normas, princípios ou padrões sociais aceitos ou mantidos por indivíduo, classe, **sociedade*** (ênfase minha)

Aqui entra a questão de atribuição de valores, do ponto de vista moral, mas é interessante notar que também se contempla a possível redução das normas, valores, etc a grupos ou sociedades determinadas.

O que particularmente me interessa, além de definir os termos, é chamar a atenção para os trechos enfatizados, porque se referem a aspectos que serão discutidos mais adiante, quando tratarei de algumas posições mais recentes na literatura, relativas a questões éticas em relação a, por exemplo, o que se considera plágio e propriedade intelectual.

PARADIGMAS DE PESQUISA

De um modo geral, e simplificando bastante a questão, podemos reduzir os paradigmas de pesquisa nas áreas de Linguística Aplicada, Educação e Ciências Sociais a dois principais: o positivista e o qualitativo.

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

O paradigma positivista, que predominou por décadas, utilizava na área das ciências humanas os pressupostos e os procedimentos da pesquisa nas ciências exatas, os mesmos padrões de busca de objetividade e do suposto rigor da linguagem “científica” nos relatos dos resultados.

O paradigma qualitativo, ao contrário, particularmente quando de natureza interpretativista, nos remete ao campo da hermenêutica, no qual a questão da intersubjetividade é bastante forte.

É claro que esses dois paradigmas têm aspectos comuns, quer no que diz respeito a objetivos gerais, valores fundamentais, quer no que se refere ao uso do poder e a códigos de conduta. Embora objetivos e valores fundamentais sejam realizados de maneiras diferentes, ambos os paradigmas se preocupam com a produção de conhecimento, com a compreensão dos significados, com a qualidade dos dados; ambos os paradigmas têm por valores fundamentais a confiança, a responsabilidade, a veracidade, a qualidade, a honestidade e a respeitabilidade e não a busca da riqueza ou do poder. Voltarei mais adiante à questão do uso do poder.

OS PARADIGMAS E CÓDIGOS DE CONDUTA

Nos dois paradigmas há preocupação com o estabelecimento de códigos de conduta, que podem ir desde juramentos profissionais, como o já citado juramento de Hipócrates, para os médicos, até à necessidade de submissão de propostas de pesquisa a comitês para aprovação, até a códigos de associações profissionais (cf. Spradley, 1980, com referência à Associação Americana de Antropologia). O que se pretende evitar são danos e prejuízos para os participantes de pesquisas, para

os próprios pesquisadores, para a profissão e para a sociedade em geral (Warwick, 1982). É preciso ter claro que pessoas não são objetos e, portanto, não devem ser tratadas como tal; não devem ser expostas indevidamente. Devem sentir-se seguras quanto a garantias de preservação da dignidade humana. Pode haver danos e prejuízos, também para os pesquisadores, em suas interações com colegas, com alunos de pós-graduação e com jovens iniciantes de iniciação científica. Para a profissão e a sociedade em geral, a perda de confiança na pesquisa e nos pesquisadores pode representar danos irreparáveis.

Mas, do que podem decorrer os danos e os prejuízos? De posturas e de procedimentos considerados não éticos. É necessário ter presente, aqui, no entanto, a questão levantada anteriormente, quando da definição dos termos: quem considera as posturas ou procedimentos como não éticos? Um grupo social? A sociedade em geral?

Para Moraes (c.1995)², os procedimentos não éticos podem ser reduzidos a duas categorias: má conduta e fraude. Seriam exemplos de má conduta: não arquivar os dados, não aceitar avaliações, encomendar dados estatísticos, explorar subalternos, publicar precocemente (para correr na frente), fazer mau uso de verbas, tratar mal a amostra, provocar medo, fazer retaliação política, indicar co-autoria inapropriada, preocupar-se mais com a quantidade do que com a qualidade (a síndrome *publish or perish*), mentir, degradar a natureza, roubar documentos, avaliar erros, procurar a fama, fornecer maus pareceres, exercer liderança inadequada, formar “panelas”,

² Flávio Fava de Moraes, na época diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em seminário organizado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, na PUC-SP.

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

abusar do poder, induzir jovens ao erro (por mau exemplo ou por descaso), fazer troca de convites e de favores, republicar os mesmos dados maquiados, dar cartas de recomendação inverídicas, ignorar interesses conflitantes com as agências de fomento, ser cleptomaniaco.

Para alguns dos pontos levantados na lista acima, nos dias de hoje já há legislação específica, por exemplo, a degradação da natureza; ou regulamentação própria das agências, no caso de conflitos de interesse³.

Ainda segundo Moraes (c.1995), a fraude se caracterizaria como: plagiar, falsificar dados e inventar resultados. A classificação não é fácil, nem há unanimidade de opiniões a respeito da diferença entre má conduta e fraude. Para alguns autores, Howe & Moses, (1999), por exemplo, plágio, entendido como cópia verbatim, uso de idéias de outros sem permissão, falta de citação de fonte, é má conduta. Mas, hoje, o próprio conceito de plágio está em discussão (cf. Pennycook, 1996), como veremos mais adiante. Em relação a falsificar dados, Howe & Moses (1999) usam a expressão “massagear” os dados, quando se trata de forçar a confirmação da hipótese preferida, por exemplo.

Mas, se inseridas estas classificações nas definições já vistas dos termos *valores, princípios, cultura, determinada sociedade, grupo social*, vamos encontrar problemas. Como determinar quanto e o que é universal e quanto e o que é específico de uma cultura e sociedade? Necessariamente iremos perceber *juízos, regras, preceitos, valores, princípios* como relativos e mutáveis. Como e onde são determinados e aplica-

³ A FAPESP, por exemplo, menciona essa questão explicitamente na solicitação de pareceres ad hoc.

dos? Quem são os juizes? Daí a dificuldade de uma definição e de uma classificação rígidas.

A ÉTICA NA PESQUISA QUALITATIVA EDUCACIONAL

Na pesquisa educacional informada pela teoria crítica, questões fundamentais são as relações assimétricas de poder, o papel dos participantes e a responsabilidade social.

Faço uma pequena digressão para refletir sobre um pressuposto básico na pesquisa qualitativa: tudo o que constitui o ser humano (crenças, atitudes, costumes, identidades) é criado e existe só nas relações sociais, nas quais o uso da linguagem é fundamental (Bredo & Feinberg, 1982). Não existe, portanto, linguagem “científica” (como no positivismo) para descrever a vida social do lado de fora, para olhar e interpretar os dados. A construção dos significados é feita pelo pesquisador e pelos participantes, em negociações. Portanto, os “sujeitos” passam a ser participantes, parceiros. E mais, se a vida social é dialógica, o método para descrevê-la também deve ser dialógico, para se garantir a opressão que ameaça os participantes, como decorrência das relações assimétricas de poder. Isso é muito bem expresso por Stronach & MacLure (1997, apud Howe & Moses, 1999), quando alertam para a necessidade dos participantes também passarem a desempenhar um papel muito mais ativo no desenrolar do processo de pesquisa, inclusive questionando seus métodos e os resultados, à medida que ela se desenvolve.

Na pesquisa educacional crítica, no âmbito da Linguística Aplicada, os pressupostos e os procedimentos do paradigma qualitativo interpretativista têm implicações que merecem ser

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

explicitadas. Começamos pelo próprio desenho da pesquisa. Um planejamento prévio é mais difícil, de vez que no paradigma qualitativo o que temos é mais um desdobrar-se do que um plano definitivo. Daí decorrem mais riscos e mais problemas imprevistos, pois se trata de uma situação aberta, com um fim não previsível (*open-ended*). A dificuldade de pre-estabelecer perguntas e participantes exige uma reflexão maior e um monitoramento constante. A proteção dos participantes é essencial (Denzin & Lincoln, 1998). Para isso é indispensável o consentimento informado, esclarecido, na forma de diálogo contínuo e reafirmação de consentimento ao longo da pesquisa. Esse diálogo possibilitará ao pesquisador certificar-se de que os participantes entenderam os objetivos da pesquisa, seu papel como participantes, ao mesmo tempo que deixa clara a esses a liberdade que têm de desistir de sua participação a qualquer momento. A preocupação do pesquisador deve ser sempre a de evitar danos e prejuízos a todos os participantes a todo custo, salvaguardando direitos, interesses e suscetibilidades. Já que não poderá nunca eliminar a relação assimétrica de poder, porque, afinal de contas, quem toma decisões do ponto de vista epistemológico, e também do ponto de vista dos procedimentos a serem adotados é o pesquisador (Cameron et al., 1992).

A ÉTICA NA TEORIA CRÍTICA

Na teoria crítica há oposição à idéia de que o “controle técnico” tenha papel principal ou único na pesquisa social e, principalmente, na pesquisa educacional. O controle é entendido como não democrático. O controle técnico, quase sempre feito em forma de testes “objetivos”, serve para uso de autori-

dades educacionais, instituições externas à pesquisa, mas que, a partir dos resultados, vão tomar decisões que afetam a todos. Exemplos desse fato são o chamado “Provão” e o ENEM.

Na teoria crítica, a participação de todos não é apenas um meio, mas é respeitada como um fim em si mesma, pois tem a emancipação como fim último. É a pesquisa entendida como empoderamento (*empowerment*), sobre alguma coisa, para algum fim ou para alguém e com alguém (Cameron et al., 1992). Se aceitarmos que os participantes têm suas próprias agendas, não podemos deixar de nos perguntar como a pesquisa pode ser útil para eles; se aceitarmos que vale a pena construir conhecimento, não podemos deixar de aceitar que vale a pena partilhá-lo. Há, por certo, diferentes maneiras mais ou menos formais de partilhar conhecimento. Os participantes não podem ser excluídos da etapa final de apresentação de resultados da pesquisa. Uma maneira de partilhar conhecimento resultante de um esforço conjunto poderia ser, por exemplo, a recontextualização dos enunciados nos relatórios ou publicações por meio de reinterpretações, com a participação dos participantes.

ALGUMAS DIFICULDADES

Vejam agora algumas dificuldades que se apresentam na caracterização de uma postura ética na pesquisa educacional qualitativa crítica em Linguística Aplicada, principalmente no que diz respeito à pesquisa em sala de aula e à pesquisa que envolve docentes em formação contínua.

Parece haver um conflito entre a liberdade de pesquisar e ao mesmo tempo a necessidade de manter procedimentos considerados apropriados. Trata-se de encontrar o equilíbrio

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

entre o público e o privado. Até que ponto o anonimato, na forma costumeira de mudança de nome ou de atribuição de apelidos, realmente oferece proteção aos participantes? Poderão ser identificados por outros meios? Outra questão de aparentemente difícil solução é como manter o anonimato e a confidencialidade no relatório de pesquisa, nas publicações e ao mesmo tempo garantir “descrições espessas” (*thick descriptions*, Lutz, 1981, p.57), “interpretações vigorosas” (*vigorous interpretations*, Stake, 1995, p.9). Seriam essas duas condições incompatíveis? A necessidade de se garantir a exatidão e a fidelidade no relatório da pesquisa comprometeria a confidencialidade? Mas, o público e os participantes têm direito à informação.

Outra questão refere-se à posse dos dados. A quem pertencem? São tanto dos pesquisadores quanto dos participantes. Mas, poderíamos também dizer que a sociedade tem interesse nos resultados e que estes têm de ser acessíveis ao público. Um problema que pode se colocar em relação a este aspecto diz respeito à linguagem utilizada pelo pesquisador para a divulgação dos dados. Se for apenas acessível a um pequeno número de iniciados para os quais é familiar a linguagem especializada exigida pela academia, o pesquisador não estará cumprindo seu compromisso ético dentro dos valores da pesquisa situada em uma teoria crítica. O equilíbrio possível a esse respeito é, sem abrir mão das exigências da academia, dar algum tipo de retorno aos participantes, em alguma forma acessível a eles, dependendo dos diferentes contextos e situações.

Outros questionamentos que também poderiam surgir seriam, primeiro, se, neste paradigma, o consentimento informado, com direito a falar em “off” e a se desligar a qualquer momento não estaria restringindo o pesquisador; desse

questionamento poderia decorrer a pergunta sobre até que ponto informar. Tomemos como exemplo a pesquisa em sala de aula que envolve a observação pelo pesquisador: por um lado, este procura obter dados o mais completos possíveis para sua pesquisa, mas por outro lado, para fazê-lo deve se preocupar em salvaguardar a privacidade e o direito ao respeito de seus participantes. É o chamado “paradoxo do observador” (*observer’s paradox*, Schachter e Gass, 1996, p.53). No entanto, às vezes o próprio desenho da pesquisa exige que o pesquisador não revele completamente seus interesses reais. Qual seria o procedimento ético, nestes casos? Cameron et al. (1993, p.83) ao discutirem a questão, propõem que o pesquisador poderia utilizar pequenos “enganos” ou omissões, sem ferir os princípios éticos. É o que chamam de “engano inócuo” (*innocuous deception*).

O grande desafio é como criar e manter um equilíbrio. Cameron et al. (1992) são céticos a este respeito, porque o poder de decisão é sempre do pesquisador.

A FORMAÇÃO ÉTICA DE PESQUISADORES EDUCADORES

Há responsabilidades e obrigações tanto da parte dos formadores quanto da parte dos que estão sendo formados como pesquisadores educadores. Dizem respeito às relações com os alunos, com os colegas, com a instituição, a profissão e a sociedade em geral. O pesquisador experiente deve ajudar os iniciantes a expressarem suas idéias e pontos de vista respeitosamente, mas com total liberdade, em discussões abertas. Ensinar a refletir sobre questões sociais certamente se encontra dentre os temas que devem fazer parte da formação

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

do iniciante, em relação a suas obrigações para com a sociedade. Mas, é a liberdade e o poder do pesquisador que, certamente, vêm carregados de responsabilidades.

É nos cursos de pós-graduação que normalmente os futuros pesquisadores são formados. Qual é o clima que permeia esses cursos? Como se tratam os membros da comunidade da Lingüística Aplicada? Como tratam seus alunos, pesquisadores em formação?

As obrigações advindas do poder e da liberdade, no meu entender, deveriam propiciar naqueles cursos um ambiente de verdadeiro aprendizado de princípios éticos, que vão além da pesquisa propriamente dita, mas que envolvem também as relações humanas dentro desses ambientes. Além de ensinar ao iniciante os procedimentos básicos da pesquisa, deveriam também, mais do que tudo pelo exemplo, ajudar os iniciantes a entenderem o que é um curso de pós-graduação e qual o comportamento nele esperado, ajudar os iniciantes, em suma a se ajustarem no novo contexto. Muitos diriam que esse não é o papel do professor ou do orientador na pós-graduação. Discordo dessa posição, porque a experiência mostra cada vez mais que os alunos provêm de culturas diversas, na vida cotidiana e em seus hábitos de aprendizagem e trazem expectativas diversas. Essas diferenças culturais devem ser respeitadas e levadas em conta no trato e nas exigências. Concordando com Hafernick et al. (2002), diria que faz parte do comportamento ético do formador tratar os alunos com respeito, humanidade e justiça, sem favoritismos; acatar contribuições e opiniões com respeito; evitar sempre o uso de ironia no trato, pois não há lugar para a ironia na educação; saber criticar, ouvir e dizer “não”; garantir a confidencialidade quando procurado por alunos para tratarem de assuntos particulares ou histórias pessoais; não coagir nem ameaçar com exigências,

e, finalmente, não usar os alunos como mão de obra para suas pesquisas pessoais. Acabar com a imagem do “orientador patrão” e criar uma nova de “orientador parceiro mais experiente”.

Mas, se queremos os ambientes onde se faz e onde se aprende a fazer pesquisa como verdadeiras comunidades de prática e de construção de conhecimento, não cabe falar apenas a respeito do comportamento ético do formador em relação ao iniciante. As mesmas reflexões cabem em relação às obrigações éticas para com os colegas, entendidos aqui como formadores entre si e alunos entre si. As obrigações éticas devem incluir a firme disposição de criar uma atmosfera de respeito mútuo, de apoio e de tolerância, isto é, um lugar seguro de aprendizagem, livre do medo de ataques pessoais ou de humilhações. Um lugar seguro no qual não há receio de fazer perguntas “estúpidas”, de demonstrar que não se entendeu algo ou de ser acusado de retardar o andamento da classe. Respeitar o outro nas discussões e estar abert(o)a para outras opiniões, bem como evitar ataques pessoais, claramente deveriam ser obrigações de todos os membros da comunidade. Dar crédito a idéias e atividades de outros, particularmente no trabalho em equipe, são obrigações de todos. O trabalho em equipe talvez seja o contexto mais produtivo para o desenvolvimento de procedimentos éticos. Mas, geralmente, exige um processo mais ou menos longo de aprendizagem.

POSIÇÕES RECENTES

Os julgamentos a respeito de questões de ética na pesquisa estão passando por mudanças mais recentemente, em parte, talvez, como decorrência dos desenvolvimentos nos es-

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

tudos na Lingüística Aplicada, na Lingüística, principalmente no que se refere a teorias de linguagem e de ensino-aprendizagem.

Uma voz bastante forte é a de Pennycook (1996, 2001), preocupado com a falta de adequação dos padrões acadêmicos geralmente aceitos em relação a situações da vida real, particularmente em relação à questão do plágio na escrita. Para esse pesquisador, as noções de autoria e de poder devem ser questionadas à luz das questões de identidade, e, principalmente de diferenças culturais. Para se emitirem julgamentos de valor, principalmente ao que se definiria como “plágio”, é necessário levar em conta diferentes compreensões do conceito de “posse” da palavra escrita, levando-se em conta tradições culturais diferentes relativas à educação e à produção de textos. Pennycook chega a considerar a exigência de observância das normas ocidentais como “imposição cultural” (Pennycook, 1994, p.278). Culturas diferentes, particularmente as culturas orientais, têm padrões diferentes de avaliação do uso ético do conhecimento. Estão em jogo valores culturais relativos ao papel do “sábio”, do “mestre”, entendidos como fonte de saber a ser imitado e propagado por meio da repetição verbatim de seus ensinamentos⁴. E não é só no caso de culturas “estrangeiras” que a questão se coloca. Muitas vezes, devemos aceitar que nossos alunos, mesmo provenientes do que poderíamos chamar de “cultura brasileira”, no que diz

⁴ Malcom Coulthard, em conferência plenária no ENPULI-SENAPULI realizado em Florianópolis, em abril de 2003, ao falar sobre a situação das universidades inglesas frente ao grande número de alunos estrangeiros provenientes de culturas diferentes da cultura ocidental, relatou que a Universidade de Birmingham envia a seus alunos um programa chamado “copy checker” que indica como os alunos usam as fontes e como as apresentam.

respeito a como lidar com o conhecimento, podem provir, por um grande número de razões, de culturas muito diversas daquela geralmente aceita como sendo a cultura da vida acadêmica.

Há ainda que se levar em conta, nos dias de hoje, o importante papel da Internet na oferta-busca de informações, criando novas situações a serem estudadas em relação à questão do plágio e da autoria (cf. Hafernik et al., 2002, p.53-38).

É interessante considerar também, além da posição de Pennycook (1996, 2001), outras propostas, discutidas por Hafernik et al. (2002), no contexto de ensino de inglês como segunda língua. Além de levarem em conta as questões culturais, sugerem graus e ambigüidades em relação ao plágio e vêm uma evolução em relação à maneira de se avaliar a questão. Sugerem um continuum, dividido em três estágios (Hafernik et al., 2002, p.43-45). O primeiro estágio considera o plágio como um procedimento sempre errado, sem sombra de dúvida, utilizando conceitos da tradição ocidental. No segundo estágio, esse procedimento é considerado errado, mas procura-se entendê-lo levando em conta as diferenças culturais de alunos que não partilham dos mesmos códigos de valores da academia na cultura ocidental. No terceiro estágio, ao qual pertenceria um número pequeno de professores ou pesquisadores, julga-se o procedimento errado, mas questiona-se a validade desse julgamento, tendo em vista o conhecimento que se tem das diferenças culturais.

QUESTÕES EM ABERTO

Resumo, para maior clareza, as questões já apresentadas que, no meu entender, permanecem em aberto.

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

Uma delas refere-se à necessidade de se chegar a posições mais claramente definidas sobre a caracterização de plágio. Como já mencionado anteriormente, a questão cultural não pode ser desprezada, e insisto, em nosso contexto, não podemos tomar como dado que todos os alunos têm a mesma cultura porque todos são brasileiros. Isso não significa que se vá aceitar puras cópias de material encontrado em fontes diversas. O que me parece fundamental é dar-se conta de que procedimentos entendidos como não éticos na nossa cultura acadêmica pautada em padrões ocidentais podem não ser percebidos como tal por alunos que não foram expostos a esses parâmetros explicitamente.

Há ramificações extensas nessa questão. Uma delas, por exemplo, refere-se à representação de pesquisa que o aluno geralmente tem ao passar do ciclo fundamental para o ensino médio. E mesmo durante todo o ensino médio. Muito provavelmente, salvo pequenas exceções, para esse aluno, fazer pesquisa significa procurar na biblioteca, ou, hoje, muito mais provavelmente, na Internet, o que há escrito sobre determinado assunto que lhe foi designado pelo professor, organizar a informação coletada, mais ou menos ordenadamente e apresentá-la ao professor, com sua devida identificação de aluno. Muitos se defrontarão com um panorama diferente quando iniciarem seus estudos universitários, podendo ou não levar choques de maior ou menor intensidade. O trato com os livros e outras fontes poderá ou não ter feito parte de sua escolaridade anterior e, na maioria das vezes, os aspectos éticos referentes ao tratamento da informação proveniente de fontes diversas não lhes foram apresentados nem foram discutidos especificamente. É papel de todo professor, de qualquer disciplina no currículo escolar, discutir essas questões dos procedimentos considerados na nossa cultura acadêmica atual éticos

ou não éticos. Faz parte da educação geral. É importante, também, que os pesquisadores se mantenham a par das mudanças que ocorrem no mundo a respeito da caracterização desses procedimentos, do ponto de vista ético.

Outra questão que permanece em aberto é a do uso apropriado, da interpretação e da apresentação dos dados de pesquisa, conforme já discutido. Ligada a esta, há também a questão da atribuição de créditos e da posse dos dados, particularmente na pesquisa colaborativa, que pode envolver alunos de pós-graduação, professores de vários níveis em exercício e pesquisadores da Universidade. Quem recebe o crédito? Quem tem a autoria? Quem tem a posse dos dados⁵? É procedimento comum que os dados fiquem à disposição de quem quiser fazer uso deles, mesmo pesquisadores de instituições diferentes daquela na qual foi realizada a pesquisa. Talvez um dos maiores desafios seja encontrar o equilíbrio necessário para se poder conciliar o direito à informação com o direito à privacidade.

Permeando todas essas questões, no entanto, fica a grande tarefa de como construir uma postura ética com jovens pesquisadores que se iniciam na pesquisa. Vejo-a como tarefa conjunta de docentes e de pesquisadores, na criação de uma mentalidade ética, desde os primeiros anos na universidade, particularmente na iniciação científica. Uma das possíveis maneiras de agir seria discutindo e avaliando com tranquilidade e isenção de ânimo situações que possam aparecer, e certamente em profundidade nos cursos de metodologia de pesquisa.

⁵ Infelizmente, não consegui recuperar a referência de artigo pertinente a estas questões, na Revista *Ciência e Cultura*, publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

REFERÊNCIAS

BREDO, F. & FEINBERG, W. *Knowledge and Values in Social and Educational Research*. Temple University Press, 1982.

CAMERON, D., FRAZER, E., HARVEY, P., RAMPTON, M.B.H. & RICHARDSON, K. *Researching Language Issues of Power and Method*. Routledge, 1992.

CAMERON, D., FRAZER, E., HARVEY, P., RAMPTON, B. & RICHARDSON, K. Ethics, advocacy and empowerment: issues of method in researching language. In: *Language and communication*, n.13, p.81-94, 1993.

DENZIN, N.K., & LINCOLN, Y.S. (eds.) *The Landscapes of Qualitative Research. Themes and Issues*. Sage, 1998.

HAFERNICK, J.J., MESSERSCHMITT, D.S. & VANDRICK, S. *Ethical Issues for ESL Faculty. Social Justice in Practice*. Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

HOWE, K.R. & MOSES, M.S. Ethics in Educational Research. In: IRAN-NEJAD, A. & PEARSON, P.D. (eds.). *Review of Research in Education 24*. American Educational Research Association, p.21-59, 1999.

LUTZ, E.W. Ethnography – the holistic approach to understanding schooling. In: GREEN, J.D. & WALLET, C. (eds.). *Ethnography and Language in Educational Setting*. ABLEX, p.51-63, 1981.

MORAES, F. FAVA de. Ética na Pesquisa. Palestra proferida em seminário do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem. PUC-SP. c.1995.

MARIA ANTONIETA CELANI

PENNYCOOK, A. Borrowing Others' Words: Text, Ownership, Memory, and Plagiarism. *TESOL Quarterly*. v.30, n.2, p.201-230, 1996.

_____. *Critical Applied Linguistics*. A critical Introduction. Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

_____. The complex contexts of plagiarism: a reply to Deckert. *Journal of Second Language Writing*, 3, p.277-284, 1994.

SAADE HOSNE, W. Ética em Pesquisa. Palestra de abertura do encontro de Iniciação Científica. PUC-SP. 2002.

SCHACHTER, J. & GASS, S. *Second Language Classroom Research Issues and Opportunities*. Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

SPRADLEY, J.P. *Participant Observation*. Harcourt College Publications, 1980.

STAKE, R.E. *The Art of the Case Study Research*. Sage, 1995.

STERBA, J.P. Introduction (1). In: STERBA, J.P. (ed.) *Ethics: the big questions*. Blackwell, p.1-18, 1998.

STRONACH, I. & MACLURE, M. *Educational Research Undone: The pósmodern embrace*. Philadelphia: Open University Press, 1997.

WARWICK, D. Types of Harm in Social Science Research. In: BEAUCHAMP, T.L., FADEN, R.R., WALLACE, R.J. & WALTERS, L. (eds.) *Ethical Issues in Social Science Research*. Johns Hopkins University Press, p.101-124, 1982.

QUESTÕES DE ÉTICA EM LINGÜÍSTICA APLICADA

Recebido: Abril de 2004.

Aceito: Maio de 2004.

Endereço para correspondência:

Maria Antonieta Alba CELANI

PUCSP – LAEL

Rua Monte Alegre, 984

Perdizes

05014-001 - São Paulo - SP

acelani@pucsp.br